

14. Protocolo Município Braga – ARS Norte / Intervenções PRR Unidades Saúde - Ratificação

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de ratificação da aprovação dos contratos-programa abaixo identificados, cujas verbas se encontram financiadas em sede de PRR, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, na sua versão atual, tudo de acordo com os documentos que constam do processo:

- a)** Requalificação da Unidade de Saúde Paulo Orósio – 1.600.000,00€;
- b)** Construção da Unidade de Saúde de Esporões – 1.000.000,00€.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 43602

Data: 06/05/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: Protocolo Município Braga – ARS Norte | Intervenções PRR Unidades Saúde**PROPOSTA:**

Através do Auto de Transferência n.º ARSN_015/2023, o Município de Braga assumiu a delegação de competências na área da saúde, cujo quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, no âmbito do qual são transferidas para os municípios no domínio da saúde as competências de gestão e realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção e equipamento, bem como competências de gestão, manutenção e conservação das instalações e equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários.

Atendendo ao pressuposto anterior, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), através do Aviso Convite Investimento RE-C01-i01 – Cuidados de Saúde Primários com mais respostas N.º 16/C01-i01/2023 Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais 3ª Fase e o N.º 17/C01-i01/2023 Construir novas unidades/polos de saúde, com necessidades pelo menos inferiores em 20% ao padrão Nearly Zero Energy Building, para substituir edifícios desadequados 3ª Fase, o Município de Braga assumiu a responsabilidade de promover candidatura aos investimentos previstos no quadro do PRR, pré-definidos no anexo II deste aviso, que definem uma requalificação em unidades de saúde já existentes e ainda a construção de uma nova unidade de saúde.

O processo de candidatura ao PRR pressupõe a assinatura de um contrato-programa entre o Município de Braga e a ARS Norte, que regula e define a forma de cooperação entre ambas as entidades, e, cujas minutas foram disponibilizadas por esta entidade, precisamente no último dia definido como data limite para a concretização das referidas candidaturas. Atendendo ao exposto, no sentido de viabilizar este importante processo de candidatura ao PRR, fundamental para a intervenção em duas unidades de saúde (Paulo Orósio e Esporões), os referidos contratos-programa foram assinados pelo Município de Braga, remetidos junto da ARS Norte, sendo assim integrados na plataforma de candidatura ao PRR de forma atempada.

Assim, nos termos da Lei 75/2013, no seu artigo 35.º, número 3, e considerando os elementos apresentados neste processo, submete-se à ratificação do executivo municipal a aprovação dos seguintes contratos-programa, cujas verbas se encontram financiadas em sede de PRR:

- 1) Requalificação da Unidade de Saúde Paulo Orósio – 1.600.000,00€;
- 2) Construção da Unidade de Saúde de Esporões – 1.000.000,00€.

Anexos:

1. **Proposta e respetiva fundamentação / Informação técnica;**
2. **Contrato-programa Requalificação Unidade Saúde Paulo Orósio;**
3. **Contrato-programa Construção Unidade Saúde Esporões.**

CONTRATO-PROGRAMA

ENTRE

A **ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, I.P.**, pessoa coletiva n.º 503135593, com sede na Rua de Santa Catarina, n.º 1288, 4000-447 Porto, representada pelo Presidente do Conselho Diretivo, Carlos Alberto de Jesus Nunes, com poderes para o ato, na qualidade de **Primeira Outorgante**.

E

O **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 50691173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato, na qualidade de **Segunda Outorgante**.

Considerando:

- A) Que a Administração Regional de Saúde do Norte I.P. (ARSN) tem por missão garantir à população da respetiva área geográfica de intervenção, o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, adequando os recursos disponíveis às necessidades em saúde;
- B) A importância do estabelecimento de parcerias funcionais, de alianças e de redes fortes para a promoção da saúde, que incluam os sectores público, privado e outros grupos da sociedade civil, para além dos tradicionalmente envolvidos, num esforço conjunto de construção de uma sociedade verdadeiramente promotora da saúde;
- C) Que as Autarquias Locais têm visto serem-lhe transferidas um conjunto de competências que impõem a sua participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente da sua construção, equipamentos e manutenção;
- D) Que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- E) Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, no âmbito do qual são transferidas para os municípios no domínio da saúde as competências de gestão e realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção e equipamento, bem como competências de gestão, manutenção e conservação das instalações e equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários;

- F) A transferência de competências, no domínio da Saúde, do Estado para o Município de Braga, no âmbito do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, operada por Auto de Transferência assinado entre as partes em 31.01.2023, com produção de efeitos a 01.03.2023;
- G) A publicação em 27/12/2023 do Aviso Convite Investimento RE-C01-i01 – Cuidados de Saúde Primários com mais respostas: Nº16/C01-i01/2023 Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais 3ª Fase, pela Administração Central do Sistema de Saúde I.P., para apresentação de candidaturas para investimento em infraestruturas na saúde, direcionando a distribuição do financiamento pelos Beneficiários Finais constantes do Anexo II do Aviso Convite, que inclui uma intervenção no Edifício Paulo Orósio e que estabelece como investimento total o valor de 1.600.000,00 €, sem prejuízo de outro limite máximo a fixar numa eventual republicação;
- H) O esforço conjunto das outorgantes insere-se na prossecução dos seus fins: pela primeira, enquanto responsável pela saúde da população da sua área geodemográfica e administradora do Serviço Nacional de Saúde na região, ao abrigo do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro, e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro e, na sua relação com outras entidades, ao abrigo do número 3 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro; pela segunda enquanto parceira na ação comum a favor da saúde coletiva e dos indivíduos da sua área de circunscrição, ao abrigo das Base 8 e 9 da Lei de Bases da Saúde, aprovada pela Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro e ainda, do artigo 7.º e da alínea r) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

AS OUTORGANTES SUPRA IDENTIFICADAS, LIVREMENTE E DE BOA-FÉ, CELEBRAM ENTRE SI O PRESENTE CONTRATO-PROGRAMA, QUE SE REGE PELAS SEGUINTE CLÁUSULAS:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Cláusula I

(Objetivo)

1. O presente Contrato-Programa tem por objeto a cooperação técnica entre as aqui Outorgantes desde a fase da submissão da candidatura ao Aviso Convite Investimento RE-C01-i01 – Cuidados de Saúde Primários com mais respostas: Nº16/C01-i01/2023

Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais 3ª Fase, por parte da Segunda Outorgante, até à conclusão do investimento, destinado à intervenção no Edifício Paulo Orósio.

2. Se as Outorgantes entenderem necessário, e sem prejuízo da transferência das competências que resultem para os órgãos municipais que venham a ocorrer ou que estejam a decorrer por força do Decreto-Lei n.º23/2019, de 30 de janeiro, poderão as partes mediante protocolo específico melhor detalhar os termos e condições da colaboração objeto do presente contrato.

Cláusula II

(Identificação do imóvel)

A Primeira Outorgante é dona e legítima proprietária de um prédio urbano, sito Largo Paulo Orósio, Cidade, 4700-036, no concelho de Braga, possuindo o Município de Braga a sua gestão.

Cláusula III

(Obrigações das Outorgantes)

1. A responsabilidade pela realização do investimento a que alude o número 1 da Cláusula I, compete à Segunda Outorgante, na condição de as candidaturas a submeter serem aprovadas.
2. Caso as candidaturas a submeter venham a ser reprovadas, a Segunda Outorgante fica desonerada de qualquer obrigação que sobre si impenda por via do presente contrato.
3. Para os efeitos do número 1 da presente Cláusula, compete em especial à Segunda Outorgante:
 - a) Concretizar o projeto de execução de acordo com o estudo prévio aprovado pela Primeira Outorgante, de acordo com a Lei vigente;
 - b) Promover os adequados procedimentos de contratação para a concretização do investimento;
 - c) Promover a execução das empreitadas ou serviços, de acordo com os projetos aprovados e acordado entre as Outorgantes;
 - d) Requerer à Primeira Outorgante a designação e indicação dos elementos que integrarão o acompanhamento da execução do investimento;
 - e) Assegurar a fiscalização do investimento em apreço;

- f) Assegurar o pagamento de todas as faturas que sejam apresentadas pelo(s) adjudicatário(s), nos termos legais;
 - g) Executar as ações decorrentes do presente Contrato-Programa nos termos e dentro dos prazos previstos;
 - h) Comunicar em tempo útil à Primeira Outorgante qualquer ocorrência que ponha em causa os objetivos do contrato com a devida justificação e proposta de atuação subsequente.
4. Para cumprimento, pela Segunda Outorgante, do estipulado nos números anteriores, a Primeira Outorgante compromete-se a:
- a) Apoiar a Segunda Outorgante na instrução da candidatura ao Aviso n.º Nº16/C01-i01/2023, fornecendo, no âmbito da sua área de intervenção, os elementos necessários;
 - b) Assegurar o acompanhamento do investimento, designando os elementos que acompanharão a execução física dos projetos;
 - c) Apoiar a Segunda Outorgante na preparação dos procedimentos, no que diz respeito a especificações técnicas no âmbito da prestação de cuidados de saúde primários.
5. As duas Outorgantes compromete-se a notificar-se entre si, com a maior antecedência possível, caso conheçam de algum facto que impossibilite a correta e pontual execução do disposto no presente contrato.

Cláusula IV

(Prazos de início e conclusão do investimento)

- 1. O prazo contratual para a execução do investimento é o prazo definido no projeto de execução ou outro que venha a ser definido no âmbito da candidatura.
- 2. A Segunda Outorgante compromete-se a garantir que a execução do investimento decorrerá sem colocar em causa o normal funcionamento dos serviços aí instalados.
- 3. Se, por casos fortuitos ou de força maior decorrentes dos investimentos a realizar, existir necessidade de interromper o funcionamento dos serviços aí instalados, a Segunda Outorgante, desde já, se responsabiliza a identificar e acomodar locais alternativos para a instalação temporária dos serviços, respeitando todos os requisitos técnicos.

Cláusula V

(Acompanhamento e fiscalização do investimento)

1. A Segunda Outorgante compromete-se a prestar informação mensal à Primeira Outorgante sobre a execução física e financeira das operações aprovadas ao abrigo do Aviso Nº16/C01-i01/2023.
2. A fiscalização e coordenação do investimento é efetuada pela Segunda Outorgante, através de representantes que designará.
3. As equipas de acompanhamento do investimento a que alude o número anterior serão igualmente responsáveis pela emissão de pareceres sobre reclamações, prorrogações e rescisões neste âmbito.

Cláusula VI

(Encargos e financiamento do investimento)

Os custos com a realização do investimento serão suportados totalmente pela Segunda Outorgante.

Cláusula VII

(Cessação do contrato-programa)

1. O Contrato-Programa cessa por impedimento legal superveniente, por acordo ou por denúncia de uma das Outorgantes.
2. A comunicação de impedimento legal superveniente ou de denúncia deverá ser efetuada por escrito e comunicada à contraparte por carta registada com aviso de receção, produzindo efeitos desde a data da sua receção, exceto se for estabelecida outra data legalmente admissível.

Cláusula VIII

(Efeitos da cessação)

A cessação do Contrato-Programa com fundamento em impedimento legal superveniente, acordo ou denúncia por não cumprimento de obrigações assumidas, tem como consequência a aplicação das regras do enriquecimento sem causa e da responsabilidade civil.

Cláusula IX

(Domicílios convencionados)

1. Fica acordado pelas duas Outorgantes os seguintes domicílios convencionados para efeitos de comunicações e notificações a serem efetuadas no âmbito e por efeito do

estabelecido nas cláusulas deste contrato, aí incluídas as notificações a que haja lugar em sede de litígio, que serão válidas e eficazes a partir da data da sua receção, quando não seja outra a forma especialmente prevista, e desde que efetuadas por escrito e enviadas por carta registada com aviso de receção para as seguintes moradas:

- a) Da Primeira Outorgante: Rua de Santa Catarina, n.º1288, 4000-447 Porto;
 - b) Da Segunda Outorgante: Praça Municipal, 4700-435, Braga;
 - c) ou para qualquer outro endereço que as partes venham a indicar entre si mediante comunicação prévia, pela mesma forma, com antecedência não inferior a dez dias.
2. Considera-se realizada e eficaz a comunicação enviada para as moradas supra indicadas, ou alterada nos termos anteriormente referidos, que for devolvida por recusa do destinatário, que não for levantada no prazo previsto no regulamento dos serviços postais ou em que o respetivo aviso de receção seja assinado por pessoa diferente do destinatário.
3. Qualquer comunicação entre as partes deve conter o endereço completo da que a subscreve.

Cláusula X

(Foro competente)

Para todo e qualquer litígio emergente da interpretação e aplicação do presente contrato-programa acordam as duas Outorgantes em submetê-lo ao foro da Comarca de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula XI

(Vigência e produção de efeitos)

O Contrato-Programa produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e vigorará até à total execução do investimento e cumprimento de todas as obrigações no presente contrato impostas às suas Outorgantes.

Cláusula XII

(Casos omissos)

Os casos omissos serão objeto de integração pelas partes, tendo em conta a legislação em vigor.

O presente contrato-programa, composto por 7 páginas, foi elaborado em março de 2024, num único exemplar e assinado pelas Partes por certificado digital qualificado.

P'la Primeira Outorgante

(Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., Dr. Carlos Alberto de Jesus Nunes)

P'la Segunda Outorgante

(Município de Braga, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

CONTRATO-PROGRAMA

ENTRE

A **ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, I.P.**, pessoa coletiva n.º 503135593, com sede na Rua de Santa Catarina, n.º 1288, 4000-447 Porto, representada pelo Presidente do Conselho Diretivo, Carlos Alberto de Jesus Nunes, com poderes para o ato, na qualidade de **Primeira Outorgante**.

E

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato, na qualidade de **Segundo Outorgante**.

Considerando:

- A) Que a Administração Regional de Saúde do Norte I.P. (ARSN) tem por missão garantir à população da respetiva área geográfica de intervenção, o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, adequando os recursos disponíveis às necessidades em saúde;
- B) A importância do estabelecimento de parcerias funcionais, de alianças e de redes fortes para a promoção da saúde, que incluam os sectores público, privado e outros grupos da sociedade civil, para além dos tradicionalmente envolvidos, num esforço conjunto de construção de uma sociedade verdadeiramente promotora da saúde;
- C) Que as Autarquias Locais têm visto serem-lhe transferidas um conjunto de competências que impõem a sua participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente da sua construção, equipamentos e manutenção;
- D) Que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- E) Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, no âmbito do qual são transferidas para os municípios no domínio da saúde as competências de gestão e realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção e

equipamento, bem como competências de gestão, manutenção e conservação das instalações e equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários;

- F) A transferência de competências, no domínio da Saúde, do Estado para o Município de Braga, no âmbito do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, operada por Auto de Transferência assinado entre as partes em 31.01.2023, com produção de efeitos a 01.03.2023;
- G) A Reforma dos Cuidados de Saúde Primários, cuja concretização se pretende implementada através do Aviso Convite Investimento RE-C01-i01 – Cuidados de saúde primários com mais respostas: Nº 17/C01-i01/2023 Construir novas unidades/polos de saúde, com necessidades pelo menos inferiores em 20% ao padrão Nearly Zero Energy Building, para substituir edifícios desadequados 3ª Fase, prevê a apresentação de candidaturas para investimento em infraestruturas na saúde, direcionando a distribuição do financiamento pelos Beneficiários Finais constantes do Anexo II do Aviso Convite, que inclui uma nova construção localizada no Município de Braga a Construção da Unidade de Saúde de Esporões e que estabelece como investimento total o valor de 1 000 000,00€, sem prejuízo de outro limite máximo a fixar numa eventual republicação;
- H) O Município de Braga é o titular da parcela de terreno afeta à construção da referida Unidade de Saúde, sita na Rua das Camélias, na freguesia de Esporões e concelho de Braga, a destacar da zona de equipamento de domínio público, do Alvará de Loteamento 43/2006, melhor identificada através das coordenadas 41.507888º -8.417801º;
- I) O Município de Braga, manifestou interesse e disponibilidade em celebrar um Contrato Programa, tendo em vista a construção de um novo edifício para instalação de uma unidade de saúde integrada no Serviço Nacional de Saúde (SNS), assumindo toda a responsabilidade financeira inerente à construção da nova unidade de saúde, apenas solicitando a intervenção da ULS Braga na elaboração do programa funcional;
- J) Que o Segundo Outorgante, para apresentar a candidatura ao investimento RE-C01-i01, tendo em vista construção de um edifício para instalação de uma nova unidade de prestação de cuidados de saúde - Unidade de Saúde Campus Vilar tem de juntar um Protocolo assinado entre si e a respetiva ARS sobre o projeto a ser realizado, que regule os termos da cooperação entre as entidades, nos termos do previsto no n.º 5 do ponto 9 do Aviso Convite Nº17/C01-i01/2023;
- K) Que esforço conjunto dos Outorgantes se insere na prossecução dos seus fins: pela Primeira, enquanto responsável pela saúde da população da sua área geodemográfica e administradora

do Serviço Nacional de Saúde na região norte, ao abrigo do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro, e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro e, na sua relação com outras entidades, ao abrigo do número 3 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro; pelo Segundo enquanto parceiro na ação comum a favor da saúde coletiva e dos indivíduos da sua área de circunscrição, ao abrigo das Base 8 e 9 da Lei de Bases da Saúde, aprovada pela Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro e ainda da alínea r) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

OS OUTORGANTES SUPRA IDENTIFICADOS, LIVREMENTE E DE BOA-FÉ, CELEBRAM ENTRE SI O PRESENTE CONTRATO-PROGRAMA, QUE SE REGE PELAS SEGUINTE CLÁUSULAS:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

(Objetivo)

Os Outorgantes reconhecem a necessidade e prioridade de edificação da construção de uma nova unidade de saúde que sirva de forma adequada toda a comunidade de Braga e comprometem-se a cooperar estritamente para satisfazer essa necessidade, nos termos das cláusulas seguintes.

Cláusula 2.ª

(Objeto)

1. O presente Contrato-Programa tem por objeto a cooperação técnica e financeira entre os aqui Outorgantes, destinada à realização de obras de construção da nova Unidade de Saúde de Esporões, numa parcela de terreno, sita na Rua das Camélias, na freguesia de Esporões e concelho de Braga, a destacar da zona de equipamento de domínio público, do Alvará de Loteamento 43/2006, melhor identificada através das coordenadas 41.507888º -8.417801º.

2. Se os Outorgantes entenderem necessário, e sem prejuízo da transferência das competências que resultem para os órgãos municipais, ocorridas, por força do Decreto-Lei n.º 23/2019, poderão as partes, mediante protocolo específico, melhor detalhar os termos e condições da colaboração objeto do presente contrato.

Cláusula 3.ª

(Condição)

1. A produção dos efeitos decorrentes do presente Contrato-Programa fica condicionada à transição da área de equipamento de domínio público do Alvará de Loteamento 43/2006, para o domínio privado do Município de Braga;
2. Caso a transferência do imóvel identificado no número anterior não venha a ser concretizada, este fica desonerado de qualquer obrigação que sobre si impenda por via do presente contrato.

CAPÍTULO II

Do contrato

Cláusula 4.ª

(Obrigações da Primeira Outorgante)

1. A Primeira Outorgante obriga-se a:
 - a) Emitir pronúncia quanto ao projeto de arquitetura da Unidade de Saúde a construir, condicionada ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, no prazo de 20 dias úteis, a contar da data da sua apresentação;
 - b) Apoiar a candidatura a apresentar pelo segundo outorgante ao PRR – Programa de Recuperação e Resiliência para aprovação do financiamento comunitário dos custos de investimento da Unidade de Saúde a construir;
 - c) Gerir os serviços de saúde da Unidade de Saúde de Esporões, no âmbito do funcionamento enquadrado no SNS;
 - d) Não destinar os espaços a fim diverso do estabelecido no presente contrato;
 - e) Não fazer das instalações da Unidade de Saúde de Esporões uma utilização imprudente;



ARS NORTE
Administração Regional
de Saúde do Norte, I.P.



- f) Assumir a responsabilidade pelo ressarcimento de todos os danos resultantes de acidentes que possam ocorrer nas instalações cedidas e cuja responsabilidade lhe seja imputável.
2. As partes comprometem-se a respeitar e a observar todas as normas e regulamentos adotados pelas autoridades competentes sobre segurança elétrica e contra incêndios ou outras.

Cláusula 5.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

1. O Segundo Outorgante obriga-se a:

- a) Assumir a posição de entidade adjudicante, promovendo o procedimento concursal adequado, visando a adjudicação e contratação da empreitada de construção da Unidade de Saúde de Esporões, na freguesia e concelho de Braga;
- b) Promover a execução da empreitada de construção da Unidade de Saúde, após a sua contratação, submissão do contrato de empreitada a fiscalização prévia do Tribunal de Contas e a consequente concessão do imprescindível visto prévio;
- c) Permitir e viabilizar, de forma gratuita, o pleno uso e fruição das instalações da Unidade de Saúde pela primeira outorgante, para os fins previstos no Decreto-Lei n.º 23/2019;
- d) Abster-se da prática de quaisquer atos que possam impedir e/ou restringir a utilização das instalações da Unidade de Saúde pela Primeira Outorgante;
- e) Garantir o funcionamento e o apoio técnico necessário para a interligação ao exterior da rede local de telecomunicações;
- f) Assumir o pagamento dos encargos mensais inerentes ao consumo de água, eletricidade e gás que decorram da utilização das instalações da Unidade de Saúde para os fins previstos no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro;
- g) Financiar os custos de investimento com a construção da Unidade de Saúde de Esporões na parte não financiada pelo PRR, bem como os encargos com a elaboração do projeto de execução e com o apetrechamento dos equipamentos adjacentes ao edifício, necessários ao funcionamento da Unidade de Saúde.

Cláusula 6.ª

(Gestor do Contrato)

O Segundo Outorgante designará um gestor do contrato que terá a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

CAPÍTULO III

Das obras e equipamento

Cláusula 7.ª

(Financiamento)

1. A realização das obras de construção da Unidade de Saúde de Esporões e arranjos exteriores, estão dependentes da aprovação do respetivo financiamento pelo PRR, devendo a candidatura ser apresentada pelo Segundo Outorgante.
2. Caso a candidatura a submeter não venha a ser aprovada, nos termos do número anterior, o Segundo Outorgante fica desonerado de qualquer obrigação que sobre si impenda por via do presente contrato.
3. Os custos com a realização das obras nos termos do número 1 serão totalmente suportados pelo Segundo Outorgante.
4. Os custos com a construção da Unidade de Saúde de Esporões abrangem o valor contratual, incluindo os arranjos exteriores, os trabalhos complementares por erros e omissões ao projeto de execução e as revisões de preços.
5. Compete, ainda, ao Segundo Outorgante o financiamento, designadamente com recurso a fundos nacionais, da componente financeira do custo da empreitada não coberta por financiamento comunitário do PRR.

Cláusula 8.ª

(Obrigações especiais do Segundo Outorgante)

1. Compete ao Segundo Outorgante, em especial, assumir a responsabilidade pela execução das obras enquadradas no investimento elegível das candidaturas aprovadas.
2. Para efeitos do número anterior, também compete ao Segundo Outorgante:



ARS NORTE
Administração Regional
de Saúde do Norte, I.P.



- a) Assegurar a posse, livre de quaisquer ónus ou encargos, do direito de propriedade dos terrenos sobre os quais será construída a Unidade de Saúde de Esporões, incluindo os espaços exteriores;
- b) Elaborar o projeto de execução;
- c) Submeter o projeto de execução à apreciação da Primeira Outorgante;
- d) Requerer à Primeira Outorgante a designação e indicação dos elementos que integrarão o acompanhamento das obras;
- e) Assegurar a fiscalização das obras;
- f) Assegurar que as ligações públicas de todas as infraestruturas se encontram a funcionar corretamente, realizando a expensas próprias, os necessários procedimentos;
- g) Assegurar a posição do dono da obra, lançando procedimentos de acordo com os projetos aprovados e acordados entre os Outorgantes e adjudicar as obras nos termos do previsto no Código dos Contratos Públicos;
- h) Adquirir e equipar a Unidade de Saúde, excetuando equipamento básico / clínico, equipamento administrativo (onde se inclui mobiliário) e equipamento informático e de comunicação.

Cláusula 9.ª

(Obrigações especiais da Primeira Outorgante)

Para cumprimento do estipulado na cláusula anterior, compete em especial à Primeira Outorgante:

- a) Elaborar o programa funcional;
- b) Apreciar e pronunciar-se sobre o projeto de execução da empreitada apresentada pelo Segundo Outorgante, condicionado ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- c) Designar os elementos que acompanharão a execução física dos projetos;
- d) Apoiar o segundo outorgante na preparação dos procedimentos de contratação pública para aquisição dos equipamentos ao nível do fornecimento das especificações técnicas.

Cláusula 10.ª

(Obrigações conjunta dos Outorgantes)

1. Os Outorgantes comprometem-se a executar as ações decorrentes do presente Contrato-Programa, nos termos legais e dentro dos prazos previstos.
2. Comprometem-se, ainda, os Outorgantes a notificar-se entre si, com a maior antecedência possível, caso conheçam algum facto que impossibilite a correta e pontual execução do objeto do presente contrato, com a devida justificação e proposta de atuação subjacente.
3. Os Outorgantes comprometem-se a desenvolver todas as diligências necessárias à obtenção das necessárias autorizações para outorga do presente Contrato-Programa.

Cláusula 11.ª

(Do prazo de execução das obras)

O prazo contratual para a execução das obras é o prazo definido nos projetos de execução e o seu início ocorrerá com a consignação da empreitada ou a aprovação do PSS – Plano de Segurança e Saúde.

Cláusula 12.ª

(Fiscalização da obra)

1. A fiscalização e coordenação da obra ficará a cargo da Segunda Outorgante, e a Primeira Outorgante designará um elemento que fará o acompanhamento da obra e será o interlocutor entre as duas entidades.
2. A Segunda Outorgante elaborará relatórios do andamento dos trabalhos com a periodicidade que for definida pela Primeira Outorgante, em que, entre outras, também fará refletir os pareceres sobre as reclamações, prorrogações e resoluções no âmbito das empreitadas.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

Cláusula 13.^a

(Cessação)

1. O Contrato-Programa cessa por caducidade, designadamente nos termos da Cláusula 17.^a, por impedimento legal superveniente, por acordo, por resolução por incumprimento de obrigações assumidas pelos Outorgantes ou razões de interesse público, devidamente fundamentado.
2. A comunicação de impedimento legal superveniente ou resolução nos termos do número anterior, deverá ser efetuada por escrito e comunicada à contraparte por carta registada com aviso de receção, produzindo efeitos desde a data da sua receção, exceto se for estabelecida outra data legalmente admissível.
3. A cessação do Contrato-Programa nos termos previstos no número 1, ficará sujeita às consequências legalmente previstas.

Cláusula 14.^a

(Domicílio convencionados)

1. Ficam acordados pelos dois Outorgantes os seguintes domicílios convencionados para efeitos de comunicações e notificações a serem efetuadas no âmbito e por efeito do estabelecido nas cláusulas deste Contrato, aí incluídas as notificações a que haja lugar em sede de litígio, que serão válidas e eficazes a partir da data da sua receção, quando não seja outra a forma especialmente prevista, e desde que efetuadas por escrito e enviadas por carta registada com aviso de receção para as seguintes moradas:
 - a) Da Primeira Outorgante: Rua de Santa Catarina, n.º1288, 4000-447 Porto;
 - b) Do Segundo Outorgante: Praça Municipal, 4700-435 Braga;
 - c) Ou para qualquer outro endereço que as partes venham a indicar entre si mediante comunicação prévia, pela mesma forma, com antecedência não inferior a dez dias.
2. Considera-se realizada e eficaz a comunicação enviada para as moradas supra indicadas, ou alterada nos termos anteriormente referidos, que for devolvida por recusa do

destinatário, que não for levantada no prazo previsto no regulamento dos serviços postais ou em que o respetivo aviso de receção seja assinado por pessoa diferente do destinatário.

3. Qualquer comunicação entre as partes deve conter o endereço completo da que a subscreve.

Cláusula 15.ª

(Casos omissos/Alterações contratuais)

1. Os casos omissos e dúvidas que possam resultar da execução do presente Contrato-Programa são resolvidos e esclarecidos mediante consenso entre os Outorgantes, considerando os objetivos nele fixados e a legislação em vigor.
2. O alargamento ou alteração das condições subjacentes ao presente Contrato-Programa carecem de aceitação expressa de cada um dos Outorgantes, e terão de ser reduzidos a escrito e anexos ao presente Contrato-Programa, do qual ficarão a fazer parte integrante.

Cláusula 16.ª

(Foro competente)

Para todo e qualquer litígio emergente da interpretação e aplicação do presente contrato-programa acordam os Outorgantes em submetê-lo ao foro da Comarca de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 17.ª

(Entrada em vigor)

O presente Contrato-Programa produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigorará até à total execução das obras e cumprimento de todas as obrigações no presente contrato impostas aos seus Outorgantes.

O presente contrato-programa, composto por 11 páginas foi elaborado num único exemplar e assinado pelas Partes por certificado digital qualificado.



P'la Primeira Outorgante

(Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., Dr. Carlos Alberto de Jesus Nunes)

P'lo Segundo Outorgante

(Município de Braga, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)